



**27 DE JANEIRO 2009**  
Terça-feira

- **DESEMPREGO AVANÇA E MOSTRA O TAMANHO DA CRISE NO MUNDO**
- **VELOCIDADE DA CRISE SURPREENDE FIESP**
- **MÚLTIS ANUNCIAM 86,5 MIL DEMISSÕES**
- **INDÚSTRIA DE SP FECHA 7 MIL VAGAS E VOLKS DÁ FÉRIAS NO RJ**
- **VOLKS CAMINHÕES DÁ NOVAS FÉRIAS COLETIVAS A 3,5 MIL**
- **CATERPILLAR ANUNCIA DEMISSÃO DE 20 MIL**
- **REDUÇÃO DA JORNADA SERÁ VOTADA HOJE NA RANDON**
- **LULA QUER QUE CRÉDITO OFICIAL GERE EMPREGOS**
- **ATENÇÃO ÀS PEQUENAS EMPRESAS**
- **ECONOMISTAS VÊM A SUSTENTABILIDADE COMO MODELO PARA ECONOMIA PÓS CRISE**
- **A CRISE E A FISCALIZAÇÃO MAIS RÍGIDA DA RECEITA**
- **CARNAVAL NÃO É FERIADO NACIONAL**
- **CONTRIBUINTE TEM ATÉ DIA 10 PARA APROVEITAR DESCONTO NO IPTU**

<b>Câmbio</b> Em 26/01/2009		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	2,314	2,314
<b>Euro</b>	3,040	3,041

## DESEMPREGO AVANÇA E MOSTRA O TAMANHO DA CRISE NO MUNDO

27/01/2009 – Gazeta Mercantil

Uma nova onda de demissões em todo o mundo foi anunciada ontem e, segundo cálculo do jornal britânico Financial Times, atingiu cerca de 70 mil trabalhadores. Os países mais atingidos foram os Estados Unidos e os da Europa. Só nos EUA, várias empresas anunciaram o corte de 45 mil postos de trabalho, entre elas a John Deere anunciou 700 cortes, a maior parte nas unidades da empresa no Brasil.

A violência e velocidade da crise podem ser constatadas pelo índice de emprego da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Em dezembro, a indústria paulista demitiu 130 mil trabalhadores, revertendo a expectativa da entidade de fechar o ano com resultado positivo.

"Esperávamos uma leve alta, da ordem de 2%, para o emprego na indústria, mas o saldo negativo do ano passado pegou todos de surpresa", afirmou Paulo Francini, diretor do Departamento de Pesquisas Econômicas (Depecon), da Fiesp. Segundo Francini, as empresas buscaram se proteger da crise e encurtaram o intervalo entre a queda da atividade e o corte de vagas.

## VELOCIDADE DA CRISE SURPREENDE FIESP

27/01/2009 – Valor Econômico

Fabiano Cerchiari/valor



*Paulo Francini, diretor da Fiesp:  
"O futuro será pior do que o presente"*

A rapidez e profundidade dos efeitos da crise levaram a indústria paulista a fazer em dezembro o maior corte de emprego já visto desde 1994, quando começou a série histórica do indicador da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Foram fechadas 130 mil vagas, o que acabou levando o setor a encerrar 2008 com variação negativa de 0,27% no nível de emprego, correspondente a uma baixa de 7 mil postos na indústria do Estado de São Paulo.

O resultado surpreendeu a Fiesp, que previa antes uma alta de cerca de 2% neste indicador para 2008. "Apesar de não termos dúvidas de que a crise chegaria ao Brasil, ela foi maior do que a esperada", disse Paulo Francini, diretor do Departamento de Pesquisas Econômicas da entidade.

Segundo ele, a deterioração do cenário levou a uma "queda prematura" do emprego. Em outras situações de crise, o normal seria uma adequação da produção por parte da indústria por um período de quatro meses e, só depois, quando desfeita a incerteza sobre o futuro, o setor partiria para o enxugamento da folha de pagamentos. "Agora (nesta crise) não há dúvida, sabe-se que o futuro será pior do que o presente", afirma o dirigente, reforçando que este ano será pior do que 2008. "Temos certeza disso."

Todos os 21 segmentos pesquisados pela Fiesp na indústria paulista fecharam postos de trabalho, feito que não era notado desde junho de 2006, quando esse parâmetro de pesquisa foi adotado pela entidade. O mesmo comportamento foi notado no levantamento por região: todas as 36 diretorias regionais da indústria de São Paulo registraram queda no nível de emprego.

Vale notar que a indústria sucroalcooleira teve grande peso no resultado total, tanto no mês, quando respondeu por 61% das demissões, quanto no ano, período em que 62% do fechamento de vagas foi anotado neste segmento, o que representa 79.248 postos a menos. "Há bastante tempo não havia variação negativa anual no setor", disse Francini, explicando que a crise e o processo de mecanização das lavouras são os principais fatores para essa queda. As perdas em dezembro têm outra explicação: nesta época do ano começa a entressafra, provocando as demissões, e as vagas são retomadas no início da plantação, no início do segundo trimestre.

Para a Fiesp, forçar a manutenção do emprego nas empresas, seja pelo fornecimento de crédito, seja por meio de flexibilização de leis trabalhistas, não resolverá o problema de demanda local e externa que vem sendo enfrentado pelo setor produtivo. "Não adianta aprisionar a empresa a um nível maior de emprego com um nível menor de produção", disse Francini.

Na sua avaliação, as recentes medidas do governo, como o início do corte da Selic e o aumento de capital do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em R\$ 100 bilhões são positivas, mas apenas atenuam os efeitos da crise. "Não teremos êxito em evitar que 2009 seja pior que 2008."

A Fiesp, que já tinha evitado fazer previsões para 2009 no mês passado, continua reticente em fazer apostas sobre o rumo dos indicadores neste ano, dado o grau ainda alto de incerteza e as rápidas mudanças verificadas no cenário econômico.

A exemplo do que já havia dito o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, Francini reforçou que o Banco Central agiu "tardiamente" ao iniciar apenas na semana passada o ciclo de redução do custo do dinheiro. Já o aumento dos recursos para empréstimo ao setor produtivo por meio do BNDES "vai na direção correta", na sua opinião.

A ressalva é em relação ao spread bancário. Com as taxas dos bancos ainda altas, os cortes do juro básico podem ser insuficientes para fazer o dinheiro chegar aos tomadores. A vantagem imediata na redução da Taxa básica de juros, a Selic, está na diminuição do custo financeiro do governo com a dívida, mas os esforços para resolver a escassez de crédito também devem ser dirigidos contra os níveis do spread bancário.

O índice de indicadores antecedentes da Fiesp, chamado Sensor, referente à primeira quinzena deste mês mostra que o pessimismo do empresariado ainda é alto, mas está menor do que nos últimos levantamentos.

Nos primeiros 15 dias de janeiro, o índice total alcançou 43,5 pontos. Embora variações abaixo de 50 pontos apontem para uma percepção negativa do empresariado sobre o mês corrente, a pontuação melhorou em relação às três pesquisas anteriores. Na segunda quinzena de novembro foram 42,5 pontos, que declinaram para 34 pontos na primeira quinzena de dezembro e ficaram em 35,1 na segunda quinzena do mês passado.

"Está menos pior", disse Francini, lembrando que não se pode classificar o movimento de retomada do otimismo. No próximo levantamento devem ser contabilizados os efeitos da redução de um ponto percentual da taxa Selic e do aumento do crédito disponível pelo BNDES no humor dos industriais.

Dentre as cinco variáveis que formam o Sensor da indústria, a percepção em relação aos estoques é a pior, tendo fechado os últimos 15 dias em 38,4 pontos. Isso significa que o setor ainda está muito estocado, o que é um banho de água fria em expectativas de retomada de produção.

## MÚLTIS ANUNCIAM 86,5 MIL DEMISSÕES

27/01/2009 – Estadão

crise econômica se transforma, numa velocidade cada vez maior, em uma crise social afetando milhões de pessoas pelo planeta. Ontem, o mundo registrou o anúncio de cortes de empregos de 86,5 mil pessoas. Mais de 50 mil vão perder o emprego quase imediatamente. Os anúncios ocorrem diante de um cenário de contração do PIB dos países ricos, desaceleração nos emergentes e uma crise ainda sem sinais de ter fim no setor financeiro.

Na Organização Internacional do Trabalho (OIT), as estimativas são de que o número de 20 milhões de desempregados será amplamente superado. No total, 170 mil postos de trabalho já foram cortados pelas grandes empresas em 2009.

O maior corte de empregos, no dia que está sendo chamado de "segunda-feira negra", foi anunciado pela Caterpillar, que demitirá 20 mil pessoas. Com o recuo nas vendas e o setor da construção em queda na Europa e Estados Unidos, a empresa alerta que não tem como manter seus trabalhadores. O boom imobiliário acabou e centenas de projetos estão sendo abandonados na Espanha, Irlanda e Inglaterra.

A farmacêutica Pfizer anunciou a demissão de 8 mil empregados da Wyeth, empresa que foi adquirida pela americana ontem mesmo (ver pág. B11). O anúncio significa o corte de sua mão de obra em 10%.

Nos EUA, as montadoras continuaram sofrendo. Ontem, a General Motors anunciou o fechamento de mais 2 mil postos, principalmente em suas fábricas nos EUA. As demissões nos EUA ainda afetaram 8 mil trabalhadores da operadora de telefones Sprint Nextel e 7 mil da Home Depot.

Na Holanda, a ING anunciou o corte de 7 mil postos de trabalho. Também na Holanda, a gigante Philips divulgou que deve cortar mais de 6 mil trabalhadores. "A crise está sendo feroz", afirmou o presidente da empresa, Gerard Kleisterlee, em um comunicado.

A Corus seguiu o exemplo de outras siderúrgicas no mundo e anunciou ontem a demissão de 3,5 mil. Os mais afetados serão os trabalhadores do Reino Unido. O país pode ainda chegar a ter 3 milhões de desempregados até o fim do ano. Na Espanha, a Acerinox deixou claro que demissões podem ser anunciadas nos próximos dias.

No Japão, uma pesquisa feita pela agência Jiji Press revelou que as 12 empresas do setor automobilístico no país planejam demitir 25 mil pessoas até março.

A onda de demissões segue o exemplo da semana passada, quando 40 mil pessoas perderam seus empregos entre as grandes multinacionais. BHP Billiton, Clear Channel Communications, Intel, UAL Corp, Williams-Sonoma, Harley-Davidson, Time Warner Inc e Microsoft anunciaram planos de demissões.

## **INDÚSTRIA DE SP FECHA 7 MIL VAGAS E VOLKS DÁ FÉRIAS NO RJ**

27/01/2009 – Gazeta do Povo

O nível de emprego da indústria de transformação do estado de São Paulo fechou 2008 com recuo de 0,27%, nos dados sem ajuste sazonal, segundo levantamento da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) divulgado ontem. Com isso, o setor fechou 7 mil vagas ao longo do último ano. Em dezembro, a queda foi de 5,64% na comparação com novembro, também sem ajuste sazonal. No mês passado foram perdidos 130 mil postos de trabalho, segundo a entidade. Em novembro, a queda sobre outubro tinha sido de 1,46%, ou 34 mil vagas a menos.

### **Férias**

Em Resende, no estado do Rio, a Volkswagen Caminhões anunciou que vai prorrogar as férias coletivas de 3,5 mil funcionários. Eles já haviam parado temporariamente a produção de 17 de dezembro até 12 de janeiro. Desta vez, o período de paralisação vai de 23 de fevereiro a 5 de março. De acordo com a montadora, a medida foi tomada mais uma vez para ajustar a capacidade produtiva à queda de demanda, gerada pela crise econômica. A empresa também negocia a suspensão do contrato de trabalho de cerca de 500 funcionários.

## **VOLKS CAMINHÕES DÁ NOVAS FÉRIAS COLETIVAS A 3,5 MIL**

26/01/2009 – Gazeta do Povo

A Volkswagen Caminhões vai conceder novas férias coletivas a 3,5 mil funcionários, comunicou nesta segunda-feira (26) a empresa. Eles já haviam parado temporariamente a produção do dia 17 de dezembro até 12 de janeiro. Desta vez, o período de paralisação vai do dia 23 de fevereiro a 5 de março. A montadora informou que também vai conceder folgas, com compensação posterior, de 20 de fevereiro a 6 de março para funcionários ligados diretamente à produção.

De acordo com a montadora, sediada em Resende, na Região Sul do Estado do Rio, a medida foi tomada mais uma vez para ajustar a capacidade produtiva à queda de demanda, gerada pela crise financeira mundial.

O diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense, Bartolomeu Citelli da Silva, conta que a Volkswagen Caminhões também negocia a suspensão do contrato de trabalho de cerca de 500 funcionários. Segundo o sindicalista, são empregados que estão com o contrato com vencimento no dia 4 de fevereiro. A Volkswagen Caminhões informou que essa medida está em negociação com o sindicato. Portanto, não poderia estimar números.

## **CATERPILLAR ANUNCIA DEMISSÃO DE 20 MIL**

27/01/2009 – Valor Econômico

A fabricante de equipamentos pesados Caterpillar informou ontem ter planos de cortar 20 mil postos de trabalho ao redor do mundo, como parte de um esforço agressivo para reduzir custos em tempos de recessão econômica.

"Iniciamos ações que irão remover cerca de 20 mil trabalhadores de nossos negócios e todos os gastos indiretos serão fortemente controlados", informou a companhia, que ao final de 2008 contava com 113 mil funcionários.

"Esses são tempos de incerteza e é imperativo que foquemos o time da Caterpillar em uma dramática redução do cronograma de produção e dos custos, em linha com as fracas condições da economia mundial", disse o presidente da companhia, James Owens.

Por aqui, a unidade brasileira, que emprega 4,6 mil pessoas, anunciou novos períodos de férias coletivas e negociações para implementação de licença não-remunerada aos trabalhadores da unidade de Piracicaba, no interior do Estado de São Paulo.

Alegando necessidade de ajustar seu ritmo de produção ao momento econômico mundial, a empresa já demitiu 380 funcionários em Piracicaba e concedeu férias coletivas a quase todos os 4,6 mil trabalhadores da unidade entre os dias 5 e 16 de janeiro deste ano.

Além de não descartar novas demissões, a empresa anunciou novas férias coletivas, desta vez nos períodos entre 16 e 27 de fevereiro e entre 16 e 25 de março. Também estão sendo negociados com o Sindicato dos Metalúrgicos de Piracicaba períodos de licença remunerada com salário reduzido e programas de treinamento para os funcionários afastados.

As condições desses acordos, no entanto, ainda não foram definidas, o que deve acontecer na próxima semana, segundo assessoria da empresa no Brasil.

A Caterpillar encerrou o quarto trimestre de 2008 com lucro líquido de US\$ 661 milhões, o que representa uma queda de 32% em relação ao mesmo período de 2007, quando somou US\$ 975 milhões.

## REDUÇÃO DA JORNADA SERÁ VOTADA HOJE NA RANDON

27/01/2009 – Boletim AUTODATA

Os mais de 7 mil funcionários do Complexo Interlagos das Empresas Randon, em Caxias do Sul, RS, decidem nesta terça-feira, 27, se aceitam a proposta da diretoria de reduzir a jornada de trabalho em cinco dias úteis por mês em fevereiro, março e abril. A proposta também estabelece que os trabalhadores recebam 50% dos dias parados.

A votação envolverá as unidades da Randon Implementos, Randon Veículos Especiais, Jost, Suspensys e Master. Neste momento a Fras-le, outra empresa do grupo, e a unidade de implementos de São Paulo ficam fora da proposta, pois têm condições de ainda utilizar o mecanismo das férias. Mas a diretoria já adiantou que se até 20 de fevereiro o quadro econômico e financeiro se mantiver inalterado alternativa idêntica será analisada.

A proposta da Randon estabelece redução de 25% na jornada de trabalho e de 10% nos salários. Mesmo assim a diretoria do sindicato dos trabalhadores realiza, desde a última quinta-feira, campanha pela rejeição sob o argumento de que a empresa não garante a manutenção dos empregos depois de abril.

Há quem, contudo, analise a posição do sindicato sob outro ângulo. A redução na jornada de trabalho na Randon pode desencadear movimento similar na cadeia automotiva, considerando que a empresa absorve volume razoável de insumos e componentes na região.

A Marcopolo, fabricante de carroçarias de ônibus, por exemplo, optou por conceder férias para mais 1,8 mil funcionários da unidade Ana Rech que tinham direito ao benefício. Com esta medida, em vigência desde a segunda-feira, 19, a diretoria entende ter ajustado os níveis de produção de janeiro e fevereiro ao ritmo do mercado.

A Agrale, por sua vez, focou sua estratégia na redução das horas extras, só utilizadas em casos extremos. Sua diretoria não trabalha com a hipótese de demissões e reconhece que a flexibilização da jornada pode vir a ser adotada como alternativa caso o mercado não demonstre recuperação.

Na semana passada o Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico, Simecs, promoveu palestra específica sobre a flexibilização da jornada de trabalho, medida garantida pela convenção coletiva assinada com os trabalhadores. O encontro reuniu dezenas de empresários e executivos em busca de informações sobre como adotar a prática. No dia seguinte à palestra foi ainda maior a procura por material impresso, o que mostra que o mecanismo passa a ser visto como opção para este período de baixa comercialização.

Mas o encaminhamento de todo este processo dependerá muito do que decidirem os trabalhadores da Randon nesta terça-feira. Por meio da gerente corporativa de recursos humanos, Maria Tereza Casagrande, a diretoria avisou, ainda na quinta-feira, 22, que não dispunha de plano alternativo caso haja a rejeição da proposta. (Roberto Hunoff, de Caxias do Sul, RS)

## LULA QUER QUE CRÉDITO OFICIAL GERE EMPREGOS

27/01/2009 – Valor Econômico

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu ontem, durante o programa Café com o Presidente, que os empréstimos feitos por bancos públicos sejam condicionados à geração de empregos. Segundo o presidente, isso é o que "conta para a distribuição de riqueza e para a melhoria de vida das pessoas". Lula lembrou que, apesar do mau resultado do emprego em dezembro, o país terminou o ano com um saldo positivo de 1,460 milhão de novos empregos. "Precisamos nos preparar para evitar que em 2009 a gente tenha um nível de desemprego grande", disse ele.

"Vamos cuidar para que os empréstimos dos bancos públicos, seja BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNB e Basa, quando eles fizerem os empréstimos ou créditos, que isso esteja ligado à geração de postos de trabalho, porque é o que conta para a distribuição de riqueza e para a melhoria de vida das pessoas", declarou Lula.

Lula também destacou as duas medidas anunciadas na semana passada como importantes na tentativa do governo de amenizar os impactos da crise internacional: o aporte de R\$ 100 bilhões para o BNDES e o novo plano de investimentos de R\$ 174 bilhões da Petrobras pelo período de 2009 a 2013.

"A Petrobras tem grandes investimentos, sobretudo na área de exploração do pré-sal. A quantidade de navios que ela tem que contratar, a quantidade de sondas, a quantidade de plataformas, a quantidade de barcos de apoio são extremamente importantes para o projeto de desenvolvimento do Brasil." Quanto à injeção de recursos do Tesouro no BNDES, Lula acredita que ele vai ajudar as empresas que

tomavam dinheiro emprestado em dólar e passaram dificuldades pela escassez de crédito internacional.

## ATENÇÃO ÀS PEQUENAS EMPRESAS

27/01/2009 – Documento Reservado

Mesmo avaliando que, em função das medidas tomadas pelo Governo para conter em parte os efeitos da crise financeira internacional, as coisas estão andando “de forma muito boa”, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lembrou ontem, durante o programa semanal Café com o Presidente, que é preciso ter atenção especial quanto ao capital de giro destinado às pequenas e médias empresas. E prometeu: “elas são as grandes geradoras de emprego. Precisamos fazer com que esse capital de giro seja alavancado rapidamente”. A propósito, entidades que representam este segmento, reivindicam que o Governo destine 30% dos R\$ 100 bilhões repassados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para uma linha de crédito para os pequenos e médios empreendimentos, por meio dos bancos públicos e de cooperativas de crédito.

## ECONOMISTAS VÊM A SUSTENTABILIDADE COMO MODELO PARA ECONOMIA PÓS-CRISE

27/01/2009 – Instituto Ethos



Diante de um público atônito, que busca referenciais para pensar e construir alternativas para as empresas e organizações, que ajudem a superar ou, ao menos, minimizar os impactos da crise internacional, economistas reunidos pelo Instituto Ethos para o debate “Perspectivas da Crise Econômica no Brasil” alinhavaram uma série de idéias. Mas, mostraram que ninguém

tem, ainda, uma visão clara e sistêmica do desarranjo econômico que varre o planeta. Mediado pela jornalista Miriam Leitão, o debate reuniu José Eli da Veiga, professor titular do departamento de economia da FEA-USP, John Welch, economista-global do Banco Itaú, Sérgio Besserman Vianna, professor da PUC-RJ, e João Carlos Ferraz, diretor de planejamento e especialista em crise do BNDES.

A iniciativa do Ethos mostrou o quanto é importante debater, uma vez que não há consenso sobre os caminhos, nem mesmo em relação ao tamanho e alcance da crise. Para o economista José Eli da Veiga os efeitos desta crise vão muito além de um simples desarranjo dos mercados. Ele vê a necessidade de transformações profundas nas economias para se iniciar a recuperação. “Os mecanismos tradicionais para superar crises não vão dar resultados”, disse. Comparou esta com a crise dos anos 30, que só foi superada com o advento da II Guerra Mundial e disse que o mundo tem de tomar cuidado para não se cair em uma nova confrontação global como forma de

remediar os danos desta crise. "Certamente a saída está em investimentos pesados em ciência e tecnologia, além de mudanças profundas nos fundamentos econômicos", explica. Isto inclui a transição para uma economia de baixo carbono e, também, uma radical mudança na contabilidade dos países para definir o que é riqueza.

O economista Sergio Besserman, que atua na PUC-RJ mas também pertence aos quadros do BNDES, também acredita que vivemos um momento de inflexão da história. "Nada será como antes", diz ele. Besserman explica que nos últimos 20 anos o mundo vive a mesma crise e que acabaram os paliativos para aliviá-la. "Em 1987 a crise foi contida pela incorporação da Rússia e do Leste Europeu aos mercados, depois em 1990 a Internet teve o papel de expandir os horizontes dos investimentos. Em 2000 foi a incorporação da China e da Índia, mas não há nada neste momento que consiga manter o consumo nos EUA entre 6% e 7% acima do que permite seus próprios fundamentos econômicos."

Entre os palestrantes pareceu haver um consenso que antes só freqüentava mesas de ONGs e de militantes da esquerda: "É uma insensatez acreditar que o mercado é capaz de se autoregular". Besserman alerta que valores como ética e sustentabilidade são externos ao mercado e precisam ser impostos a ele. Outro problema a ser enfrentado, segundo o professor da PUC, é a questão da moeda. Os valores relativos estão em crise e a reconstrução da credibilidade monetária é um desafio importante. Representando o BNDES e as políticas públicas do governo brasileiro para manter a atividade econômica, o economista João Carlos Ferraz vê a crise com diferentes intensidades e impactos distintos entre países, setores e empresas. Para ele nunca foi tão importante pensar e estimular a busca por inovação. E incitou a *comunidade Ethos* a manter modelos de gestão que tenham a transparência e a sustentabilidade como foco. No entanto fez um alerta importante: "Há mais doutores em uma Instituição como a Fiocruz do que em todo o setor privado brasileiro". Isso foi apontado pela mesa como um indicador de fragilidade. As empresas não estão investindo em ciência, disse. Para ele a inovação corre riscos em tempos de crise porque os gestores tendem a ser conservadores nas decisões de investimentos. "Se não sei para que serve ainda, porque vou gastar dinheiro nisso", explica.

O BNDES vai manter os planos de investimentos em infraestrutura, inclusive nas usinas termoeletricas que estão planejadas. E João Carlos Ferraz explica que a sustentabilidade é parte do eixo dos investimentos. Para ele as empresas tendem a ficar mais magras e produtivas, "e isso pode diminuir o espaço para os ecodelinqüentes", diz. Outro ponto que destacou é que poderá haver mais fusões e aquisições entre empresas e a chance de criação de novos nichos de negócios. Ele vê, também, uma possibilidade concreta de crescimento no que chamou de "empreendedorismo defensivo", que é quando a sociedade tenta compensar a falta de atividades formais com a criação de novos negócios, formais e informais.

Ferraz alerta que o momento é, também, de sair do estágio do "marketing da governança", para uma governança substantiva, uma vez que pode haver menos demanda externa por boas práticas e as empresas devem incorporar a gestão sustentável em seu DNA.

O economista global do Itaú, John Welch, explicou como elementos que supostamente buscavam a regulamentação dos sistema financeiro dos Estados Unidos abriram as brechas que possibilitaram e expansão da crise por todos os mercados. Por isso ele alerta que é preciso olhar a regulamentação não apenas vendo os erros do passado, mas imaginando as necessidades do mercado financeiro do futuro. "O mundo está passando por transformações e há sinais de mudanças por todos os lados", disse. E

esta economia que emergirá da crise terá de ser mais sóbria em seus gastos do que o que havia antes. Ele alertou, também, para a existência de uma tendência de protecionismo crescente nos mercados mundiais.

Menos carbono, mais eficiência energética e buscar soluções para o aquecimento global são as mensagens mais claras deste encontro. A jornalista Miriam Leitão lembrou que os países estão em estágios diferentes em relação ao desenvolvimento, não se pode buscar consensos nas ações. E brincou: "Como no samba, se a China não quiser ir, eu vou só", disse referindo-se a Brasil, EUA e Europa em relação às medidas de mitigação das mudanças climáticas.

### **Pensar e trabalhar mais**

O Instituto Ethos está em uma linha de trabalho voltada para a reflexão e ação para oferecer modelos e alternativas para as empresas. Segundo Ricardo Young, presidente da organização, a idéia deste encontro com economistas foi fomentar o debate e plantar sementes de conhecimento que podem ajudar a inovar. "Vamos fazer mais", disse. Ele explicou que vai abrir para o público uma série de atividades que estavam programadas apenas para os colaboradores do Ethos.

Young lembrou que é um bom momento para colocar a sustentabilidade, os novos paradigmas de produção e consumo, menos impactantes ambientalmente, socialmente mais responsáveis e economicamente menos predatórios como alternativa viável para a retomada do desenvolvimento. E disse que o Instituto Ethos vai trabalhar para estimular a inovação e a transformação criativa da economia, de forma a incorporar a parte da humanidade que nunca conseguiu acesso aos benefícios da sociedade de consumo.

*Por Dal Marcondes, especial para o Instituto Ethos*

Fonte: <http://www1.ethos.org.br> - notícias (evento realizado em 22/01/2009)

## **A CRISE E A FISCALIZAÇÃO MAIS RÍGIDA DA RECEITA**

27/01/2009 – Valor Econômico

A Receita Federal do Brasil agiu rapidamente e nem esperou a virada do ano para anunciar que, em 2009, vai apertar a fiscalização sobre as grandes empresas. A mesma orientação deverá vir de Estados e municípios. Em períodos de recuo da atividade econômica, é inevitável a queda da arrecadação, da qual os governos federal, estaduais e municipais dependem para manter a máquina funcionando e para levar adiante os projetos de investimento. A Receita avisa que não dará trégua e que usará de todos os meios legais para manter o nível de arrecadação.



A Portaria nº 2.521, publicada no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2008, apresentou dois tipos de acompanhamento para as empresas neste ano: um diferenciado, para as médias, e um especial, para as grandes. O leão está nervoso e deixa explícito que não permitirá qualquer tipo de sonegação - uma saída tentadora quando o caixa enfrenta dificuldades urgentes, como honrar compromissos com fornecedores e pagar salários.

O acompanhamento econômico-tributário é um sistema de fiscalização das empresas que existe desde junho de 2001, tendo sido instituído, na época, pela Portaria nº 578, de 11 de junho de 2001, da então Secretaria da Receita Federal, e que entrou em vigor em julho de 2001. A partir de 12 de novembro de 2007, o acompanhamento econômico-tributário foi disciplinado pela Portaria nº 11.211.

O acompanhamento diferenciado e o especial verificam, periodicamente, os níveis de arrecadação de tributos administrados pela Receita em função do potencial econômico-tributário das pessoas jurídicas, bem como das variáveis macroeconômicas de influência. O acompanhamento diferenciado e o especial são, na verdade, o monitoramento da arrecadação e do tratamento das informações relacionadas com o crédito tributário, utilizando-se os dados disponíveis nos sistemas informatizados da Receita e as informações coletadas junto a fontes externas. Uma fiscalização, portanto, muito mais próxima.

A portaria não deixa dúvidas. Estarão sujeitas ao acompanhamento diferenciado as pessoas jurídicas sujeitas à apuração do lucro real, presumido ou arbitrado e que, em 2007, tiveram receita bruta anual superior a R\$ 65 milhões. Também serão alvo as empresas com dívidas tributárias superiores a R\$ 6,5 milhões, folha salarial superior a R\$ 9 milhões e débitos de FGTS e de Previdência superiores a R\$ 3 milhões. Além disso, de modo geral, estarão na mira as pessoas jurídicas de direito público que operem em setores econômicos relevantes e que tenham efetuado indevidamente compensações de tributos nos termos do artigo 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

Ao acompanhamento especial estarão sujeitas as empresas com receita bruta superior a R\$ 350 milhões em 2007, dívidas tributárias de mais de R\$ 35 milhões, massa salarial também superior a R\$ 35 milhões, além de débitos com FGTS e Previdência de mais de R\$ 12 milhões. Idêntico acompanhamento especial terão as pessoas jurídicas sucessoras nos casos de incorporação, fusão ou cisão total ou parcial ocorridos em 2008.

O nervosismo do leão está explícito na frase no final da portaria: "O acompanhamento especial compreende a execução de todas as ações necessárias para assegurar tratamento prioritário e conclusivo às demandas e pendências relacionadas às pessoas jurídicas indicadas". Por tratamento conclusivo entenda-se prioritário entre as demais atividades da Receita.

De sua parte, as empresas terão que agir rigorosamente dentro da lei. Tarefa mais fácil é pagar os tributos sabidamente devidos. Mais complicado, em meio ao cipoal de leis tributárias, é demarcar onde, quando e como pode haver compensação de tributos ou mesmo contestação de cobranças na Justiça. Muitas vezes, as empresas, por desconhecimento da legislação, não pagam tudo o que devem ou recolhem ao fisco o que não precisariam recolher.

Com a obrigatoriedade do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) e com esses acompanhamentos mais rígidos, as empresas terão que redobrar a atenção no cumprimento de suas obrigações fiscais, sejam elas principais ou acessórias, para não serem surpreendidas em operações de fiscalização. Mais uma vez, a presença de profissionais especializados, incluindo consultores e bons tributaristas, é indispensável nesse momento no qual existe a necessidade de muito planejamento e controle na área tributária.

Na outra ponta, União, Estados e municípios, além dos poderes Legislativo e do Judiciário, devem fazer sua parte, reduzindo a carga tributária, mantendo incentivos fiscais às empresas, especialmente às que mais geram empregos, e apoiando iniciativas que evitem demissões. O desemprego desestimula os jovens, destrói sonhos, desestrutura famílias e induz à violência quando não há como as pessoas satisfazerem suas necessidades vitais. O rugido do leão não pode ignorar essa realidade.

Um olhar sobre 2008 mostra que o fisco vai muito bem. Sem a CPMF, que garantia R\$ 40 bilhões por ano à União, a arrecadação subiu de R\$ 926 bilhões em 2007 para R\$ 1,06 trilhão em 2008, uma alta de 14,5%. Mesmo descontada a inflação de 7,6%, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE, o aumento do peso da mordida foi considerável. A Receita está correta ao fiscalizar, desde que o governo esteja consciente de que é hora de cortar gastos, de evitar desperdícios, mantendo os investimentos que mantenham a economia em movimento e gerem empregos.

**Cláudia Petit Cardoso é advogada tributarista e sócia do escritório Peixoto e Cury Advogados**

**Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações**

## **CARNAVAL NÃO É FERIADO NACIONAL**

27/01/2009 – Folha de Londrina

Ao contrário do que o imaginário popular acredita o carnaval não é feriado, nem nunca foi. Os feriados são estabelecidos por lei nacional - a lei 9093/95 - que permite que o Estado fixe como feriado o dia da "data magna do Estado fixada em lei estadual". O País tem sete feriados nacionais: 1 de janeiro, 21 de abril, 1 de maio, 7 de setembro, 2 de novembro, 15 de novembro e 25 de dezembro.

O Carnaval só é feriado no estado do Rio de Janeiro, graças a uma lei estadual. No entanto, segundo a advogada trabalhista Maria Lúcia Benhame, essa lei é objeto de ação direta de inconstitucionalidade e o STF não apreciou o pedido cautelar. A ação encontra-se para decisão do relator do caso, Ministro Eros Grau.

As empresas que forem conceder folgas podem efetuar um acordo de compensação da jornada ou em outro dia, dividindo o número de horas nos dias da semana anterior ou posterior ao carnaval. O acordo deve ser escrito e pode ser feito com os empregados da empresa sem obrigatoriedade de participação sindical por se tratar de acordo de compensação de horas.

## **CONTRIBUINTE TEM ATÉ DIA 10 PARA APROVEITAR DESCONTO NO IPTU**

26/01/2009 – Infoaudiacto - Prefeitura de Curitiba

Os contribuintes curitibanos têm mais duas semanas para aproveitar o desconto de 7% para pagamento à vista do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). O pagamento à vista pode ser feito até o dia 10 de fevereiro. Quem preferir, também pode fazer o pagamento parcelado em 10 vezes, que já vem calculado e dividido no talão do IPTU.

O cálculo do imposto para 2009 não teve aumento real, apenas a correção inflacionária dos últimos doze meses, medida em 6,39% pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE. O IPCA é o índice oficial de inflação do País. Os carnês para pagamento do imposto estão sendo distribuídos pelos Correios.

"Com o desconto maior que a inflação, atendemos à expectativa daqueles que decidem pagar o IPTU em cota única. Os que preferem parcelar continuam tendo a possibilidade de fazer em dez vezes", explica o secretário municipal de Finanças, Luiz Eduardo Sebastiani.

Os talões do IPTU-2009, entregues no endereço do contribuinte cadastrado na Prefeitura, trazem também o valor correspondente à taxa de coleta do lixo. O valor máximo para os imóveis residenciais e de uso misto será de R\$ 167. Os imóveis não-residenciais contribuirão com até R\$ 286. Quem não receber o carnê poderá obter uma segunda via no prédio central da Prefeitura, nas Ruas da Cidadania ou imprimir pela internet, no site da Prefeitura ([www.curitiba.pr.gov.br](http://www.curitiba.pr.gov.br)), menu à esquerda, no link Tributos Municipais.

A cidade tem 522.765 imóveis cadastrados. Destes, 98.220 (18,8%) são isentos de pagamento do IPTU. A legislação municipal estabelece os critérios para isenção: imóvel residencial, com valor venal abaixo de R\$ 30 mil (valor corrigido para 2009), área construída de até 70 metros quadrados e padrão simples de construção. Também têm isenção as áreas declaradas como Reservas Particulares do Patrimônio Natural Municipal (RPPNM), de acordo com lei municipal aprovada em dezembro de 2006